

Proposta de Lei 96/XV - Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais

Agora que foram aprovadas na generalidade os Estatutos das Ordens, impõe-se clarificar e manter o processo da maior harmonização possível entre as Ordens e assim, tal como já consta para os novos estatutos da Ordem dos Engenheiros, quanto ao tipo de membros o seguinte:

“Artigo 27.º-A Primeiro ano como membro efetivo

1 – Durante o primeiro ano como membro efetivo, o engenheiro tem competências limitadas, tendo em vista a integração dos conhecimentos adquiridos na formação académica e a experiência da sua aplicação prática, mas também a perceção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão, em geral, que caracterizam o exercício da profissão de engenheiro.

2 – O disposto no número anterior é regulado por regulamento próprio, elaborado pela direção e aprovado pelo conselho de supervisão, o qual apenas produz efeitos após homologação pelo membro do Governo responsável pela tutela.

3 – O membro com competências limitadas nos termos dos números anteriores tem direito a ser remunerado pelas funções desempenhadas.

4 – O disposto no n.º 1 não é aplicável aos membros que possuam cinco anos de experiência comprovada em engenharia e sejam titulares das habilitações académicas referidas no n.º 1 ou no n.º 2 do artigo 15.º, mediante requerimento devidamente fundamentado ao conselho de supervisão.”

Nos Estatutos da Ordem dos Biólogos deve ser : “Artigo 7.o (...).

Artigo 7 A

Primeiro ano como membro efetivo

1 – Durante o primeiro ano como membro efetivo, o Biólogo tem competências limitadas, tendo em vista a integração dos conhecimentos adquiridos na formação académica e a experiência da sua aplicação prática, mas também a perceção das condicionantes de natureza deontológica, legal, económica, ambiental, de recursos humanos, de segurança e de gestão, em geral, que caracterizam o exercício da profissão de Biólogo.

2 – O disposto no número anterior é regulado por regulamento próprio, elaborado pela direção e aprovado pelo conselho de supervisão, o qual apenas produz efeitos após homologação pelo membro do Governo responsável pela tutela.

3 – O membro com competências limitadas nos termos dos números anteriores tem direito a ser remunerado pelas funções desempenhadas.

4 – O disposto no n.º 1 não é aplicável aos membros que possuam tres anos de experiência comprovada como Biólogos, mediante requerimento devidamente fundamentado ao conselho de supervisão.”

Tal como foi aprovado no Estatuto da Ordem dos Médicos o seguinte “Artigo 97

(...)

7- - O título de médico especialista é atribuído nas áreas previstas em regulamento da Ordem homologado pelo membro do Governo responsável pela área da saúde”

Também deve estar a mesma referência de que as Especialidades e subespecialidades da Ordem dos Biólogos são previstas em Regulamento Próprio e por isso deve constar nos Estatutos da da Ordem dos Biólogos o seguinte “Artigo 3

(...)

2-

(...)

d)- Conceder em exclusivo o título profissional de biólogo e dos respetivos títulos de especialização ou subespecialização profissional, previstos em Regulamento Próprio, homologado pelo membro do Governo responsável pela tutela;“

O Provedor dos serviços, preferencialmente não deve ser remunerado porque nenhum membro das direções da Ordem dos Biólogos é remunerado. Mas se for obrigatório remunerar o Provedor dos serviços, então este deve ser remunerado diretamente pelo Estado Português (ou deve ser afeta verba específica do Estado para a Ordem). Para além disso, se o Provedor dos Serviços for remunerado, os senhores deputados devem pelo menos garantir que os restantes membros das direções da Obio, quando usam um ou todos os 24 dias a que podem ter direito enquanto assalariados por conta de outrem, também esses dias sejam pagos pelo empregador como se de um cumprimento de obrigação legal tratasse para cada funcionário seu membro das Direções da Ordem, dado que a Ordem não possui capacidade para remunerar todos os seus colaboradores.

Sendo importante promover a Livre Concorrência tal como exigido pela União Europeia e na medida em que além dos Farmacêuticos, também os Especialistas da OBio são profissionais de saúde, deve ficar assegurada a função da OBio em conjunto com o Estado de atribuírem Especialidades no SNS. Assim, tal como foi aprovado no Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos o seguinte “Artigo 3

(...)

5-(...)

g) Emitir e revalidar cédulas profissionais e atribuir títulos de especialidade, sem prejuízo da titulação conjunta pela Ordem e pelo Estado”

Também deve estar a mesma referência de que a Ordem dos Biólogos também tem a função de atribuição conjunta de especialidades com o Estado:

Artigo 3

(...)

2- (...)

p) Emitir e revalidar cédulas e títulos de Especialidade profissionais, sem prejuízo da titulação conjunta pela Ordem e pelo Estado”

Grata pela atenção,

Joana Rosas Vieira